



EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. INOBSERVÂNCIA DE PRECEITO LEGAL. DESÍDIA FUNCIONAL. PREJUÍZO AO ERÁRIO. DETERMINADO O ARQUIVAMENTO ART. 165, II DA LC 23/2015 E O ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA JURÍDICA. 1. Pedido de providências encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, solicitando apuração de falta funcional, em razão do pagamento integral do contrato, apesar de haver anomalias e inconsistências na obra do CEMEI Raio de Sol, que se encontrava com 93,87% (noventa e três inteiros e oitenta e sete décimos percentuais) concluídos. 2. Instrução probatória concluída, comprovando o recebimento provisório da obra com itens em discordância com o projeto e realizado o pagamento integral sem que houvesse sido notificada a empresa para correção das falhas. 3. Inexistência de procedimento administrativo antes de intervenção do Ministério da Educação. 4. Responsabilidade do gestor municipal à época e do responsável técnico pela obra, que se encontra aposentado. 5. Impossibilidade de aplicação de pena por meio da Corregedoria Municipal, em razão de não se configura penalidade de cassação de aposentadoria. 6. Determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 165, II, da Lei Complementar nº. 23/2015 e reiterado o encaminhamento à Procuradoria Jurídica para providências. (Corregedoria Municipal. Processo Administrativo de Sindicância nº. 10/2021. Natureza: Investigatória. Comissão Sindicante: Francine Aquino Paraíso - Presidente, Danilo Pereira dos Santos e Jamilson de Almeida Silva Amaral - Secretários. Corregedora Municipal: Joselita Vieira Mendes. Data da decisão: 17/12/2021)

